

RIOPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 16.727.386/0001-78

CPC 19 - Negócios em conjunto. Descrição dos principais procedimentos de consolidação das controladas: Serão eliminados os saldos e transações entre as Empresas, por meio dos seguintes principais procedimentos: • Eliminação das transações realizadas entre as Empresas consolidadas no que concerne saldo das contas de ativos e passivos e resultados entre Empresas consolidadas; • Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas Reservas e nos lucros acumulados das Empresas consolidadas; • Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela RioPar, logo deve ser apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do patrimônio líquido; e • Os saldos das transações intercompanhias das controladas foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas como partes relacionadas terceiros no balanço patrimonial. 3 - Principais Práticas Contábeis: 3.1. Apuração do resultado e reconhecimento de receita: Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o período de competência em que ocorrem. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e títulos e valores mobiliários de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. 3.3. Contas a receber de clientes: Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. É constituída provisão para créditos incobráveis em montante considerado suficiente pela Administração, desde que, a recuperação desses créditos seja considerada duvidosa. 3.4. Partes relacionadas e terceiros: A Empresa reconhece como partes relacionadas as transações financeiras com as Empresas ligadas e sócios de forma direta ou indireta. 3.5. Investimentos: Os investimentos em participação de controladas estão registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial, sendo reconhecidos no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. Os dividendos, quando recebidos desta participação, quando aplicável, são registrados com uma redução do valor dos investimentos. O ágio das coligadas RioCard Tecnologia da Informação S.A. e da SPTA Holding Transporte Aquaviário Ltda., se encontra incluído no valor contábil do investimento. 3.6. Imobilizado: O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens e revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 3.7. Intangível: Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por softwares. É mensurado no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. 3.8. Redução ao valor recuperável de ativos: Define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá, imediatamente, reconhecer a desvalorização por meio da constituição da Provisão para perdas. A avaliação é feita através do teste de "impairment", que visa evidenciar e mensurar a perda de capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos. 3.9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, tendo alíquotas de 15% acrescido do adicional de 10% para o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 3.10. Imposto de renda e contribuição social - diferido: O ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL, calculado sobre os saldos de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia, compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, que limitou a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos. 3.11. Provisões para contingências: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e no não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. 3.12. Arrendamento mercantil: A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. 3.13. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios

econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: (a) Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. (b) Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. (c) Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nos balanços patrimoniais não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. 3.15. Novos pronunciamentos contábeis: A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	16	3	26	576
Aplicações financeiras de liquidez imediata	25.536	19.951	26.131	35.125
	25.552	19.954	26.157	35.701

Além de numerário disponível em fundo fixo e contas-corrente bancárias, há aplicações em fundo de investimento financeiro relacionados a títulos públicos comprados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha que possuem liquidez imediata e remuneração próxima do CDI. Estes títulos tem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conferido de caixa, dentro do prazo de 90 dias, estando a um insignificante risco de mudança de valor.

5 - Aplicações Financeiras - Convênio Bilhete Único:

	Consolidado	
	2015	2014
Banco Itaú e Bradesco - SBE	9.619	21.388

A RioCard TI, controlada da RioPar, firmou o Termo de Convênio nº 001/2013 com o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da SETRANS em 01 de fevereiro de 2013 com objetivo de cooperação técnica mediante a operacionalização do SBE - Bilhete Único, que visa garantir a Administração e repasse dos subsídios às concessionárias e permissionárias do transporte público. Com base nesse Normativo, a SETRANS envia semanalmente, recursos financeiros para Companhia. Estes recursos serão repassados diariamente às permissionárias e concessionárias que estão aptas a operar no Bilhete Único Intermunicipal. Os recursos provenientes desse convênio enquanto não forem utilizados para o repasse, são obrigatoriamente aplicados em entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, em operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos - caso o repasse aconteça em até 30 dias - ou em Caderneta de Poupança caso a expectativa de repasse seja superior a 30 dias. As despesas ou receitas financeiras decorrentes desse investimento não impactam o resultado financeiro da RioCard TI, uma vez que a Companhia opera como uma câmara de compensação, repassando os recursos recebidos para as concessionárias e permissionárias. As operações financeiras dos recursos recebidos são disponibilizadas no site eletrônico Bilhete Único Backoffice ("BUBKF") e quinzenalmente é enviada prestação de contas à SETRANS. O convênio está sujeito à fiscalização da SETRANS, Auditoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado. Em 31 de dezembro de 2015 foram registrados R\$9.619 (R\$21.388 em 31 de dezembro de 2014) no ativo em contrapartida do mesmo valor no passivo circulante.

6 - Contas a Receber de Clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber - clientes no País	2.536	-	3.514	2.886
(-) Provisão para créditos incobráveis	(171)	-	(1.123)	(540)
	2.365	-	2.391	2.346

Em 31 de dezembro de 2015 foi constituída provisão para créditos incobráveis, uma vez que os créditos em aberto estavam vencidos em períodos superiores a 90 dias. Segue abaixo a composição do saldo de contas a receber por faixa de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	2.365	-	2.391	2.346
De 1 a 89 dias	165	-	165	266
De 90 a 179 dias	6	-	6	245
A partir de 180 dias	-	-	952	29
	2.536	-	3.514	2.886

7 - Tributos a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PIS/COFINS	11	-	62	1.108
IRRF	115	463	115	463
IRPJ/CSLL	-	-	315	109
Outros	-	33	-	34
	126	496	492	1.714

Os saldos são representados por créditos tributários referentes à retenção na fonte de aplicações financeiras e por saldos credores na apuração dos impostos. Os mesmos estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais, prevista em legislação específica.

9.2. Consolidado:

	Taxas médias anuais de depreciação		Saldo líquido	
	2013	2014	2015	2014
Móveis e utensílios	10%	523 (92)	431	342
Máquinas e equipamentos de informática	20%	3.814 (2.641)	1.173	950
Equipamento de informática - arrendamento mercantil	33%	29.183 (22.459)	6.724	9.652
Benefetórias em imóveis de terceiros	20%	1.180 (77)	1.103	976
Instalações	10%	13 (1)	12	11
Outros	-	540	540	25
	-	35.253 (25.270)	9.983	11.956

Movimentação

	2013	Adição	Baixa	2014	Adição	Baixa	2015
(não auditado)							
Custo							
Móveis e utensílios	155	231	-	386	137	-	523
Máquinas e equipamentos de informática	2.029	369 (4)	-	2.394	1.420	-	3.814
Equipamentos de informática - arrendamento mercantil	12.844	12.732 (3.548)	-	22.028	7.155	-	29.183
Benefetórias em imóveis de terceiros	-	1.010 (13)	111	1.108	72	-	1.180
Instalações	-	13	-	13	-	(7)	6
Imobilizações em andamento	111	-	(111)	-	540	-	540
Outros	-	27	-	27	-	(20)	7
	15.139	14.382 (3.565)	-	25.956	9.324 (27)	-	35.253

10 - Intangível:

	Taxa anual de amortização		Incorporação	
	2013	2014	2015	2014
Controladora				
(não auditado)				
Custo				
Sistemas e aplicativos	20%	3 20	23 5.207	2.058 7.288
		3 20	23 5.207	2.058 7.288
Amortização acumulada	-	(2) (2)	(242) (703)	(947) (947)
Sistemas e aplicativos	-	(2) (2)	(242) (703)	(947) (947)
		3 18	21 4.965	1.355 6.341

10.1. Consolidado:

	Taxa anual de amortização		Amortização acumulada	
	2015	2014	2015	2014
Sistemas e aplicativos	20%	9.660 (2.085)	7.575	4.435
Ágio RioCardTI (1)	n/a	5.966	-	5.966 5.965
	-	15.626 (2.085)	13.541	10.400

(1) Para fins de consolidação o ágio decorrente de combinação de negócios é reclassificado do investimento para intangível.

	2013		2014		2015	
	Adição	2014	Adição	2015	Adição	2015
(não auditado)						
Custo						
Sistemas e aplicativos	2.375	2.928	5.303	4.357	9.660	9.660
Ágio RioCardTI	5.966	-	5.966	-	5.966	5.966
	8.341	2.928	11.269	4.357	15.626	15.626
Amortização acumulada	(417)	(452)	(869)	(1.216)	(2.085)	(2.085)
Sistemas e aplicativos	(417)	(452)	(869)	(1.216)	(2.085)	(2.085)
	7.923	2.477	10.400	3.141	13.541	13.541

11 - Fornecedores: 11.1. Controladora:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Sul América Companhia	208	18	298	18
Pentacom Dist. de Software	190	-	190	-
Assurance Consultoria	150	-	150	-
Meta Criativa Asses.	148	-	148	-
Dell Computadores do Bras.	147	-	147	-
Ticket Serviços S.A.	142	-	142	-
Ame eletrônica eireli.	103	-	103	-
Star printer Import Comercial.	100	-	100	-
Valid Soluções e Serviços.	95	-	95	-
Perto S.A.	83	-	83	-
MS Gerenciamento e Manutenção.	71	-	71	-
Deloitte Touche Tohmatsu.	66	58	66	58
Microtecnologia de Informática.	45	-	45	-
Alcateia Engenharia de sistemas.	45	-	45	-
Taguima Admin e Participações.	35	-	35	-
CB2 Construções AS.	32	30	32	30
SC Empreend e Participações	23	-	23	-
Equinox do Brasil Soluções	22	-	22	-
Bagnoregio Empreendimento	21	19	21	19
Barioni Consultoria	-	17	-	17
Companhia Brasileira de Soluções	-	18	-	18
Conserva 10	-	14	-	14
IBM Máquinas	-	-	1.403	1.190
Milênio Operadora	-	15	-	15
Telefônica Brasil S.A.	-	14	-	14
Fornecedores diversos	228	56	790	1.459
Provisão para fornecedores	617	-	909	-
	2.571	259	4.918	2.852

12 - Arrendamento Mercantil:

	Consolidado	
	2014	2015
Arrendamento Mercantil Circulante	4.342 (14.334)	16.717 6.725
Não circulante	5.012 (5.012)	- -
	9.354 (19.346)	16.717 6.725

Arrendamentos mercantis financeiros transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. São capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os ativos oriundos de arrendamento financeiro estão apresentados na Nota 9.

13 - Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
INSS	432	104	551	604
FGTS	150	35	266	191
IRRF	293	105	635	376
Pensão alimentícia	-	-	4	3
Emprestimos consignados	28	-	47	57
Provisões para férias	2.123	443	3.560	2.776

14 - Tributos a Recolher:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ISS	360	-	627	1.124
PIS/COFINS	632	-	826	1.511
IRRF	50	12	50	630
INSS - terceiros	25	-	266	31
CSLL	411	-	411	250
Tributos retidos	-	12	41	159
	1.478	24	2.221	3.705

15 - Partes Relacionadas e Terceiros:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Não circulante				
Barcas S.A.	-	-	40	2
Sindicato das Empresas de Ônibus da Cidade do Rio de Janeiro - RioÔnibus	-	-	24	37
Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - Fetranspor	4.971	-	9.373	9.632
RioCard Administradora de Cartões e Benefícios S.A.	-	-	-	9
RioCard Tecnologia da Informação S.A. - RCTI	26	26	-	-
	4.997	26	9.437	9.680

8 - Investimentos

	Diferença entre		Equivalência Patrimonial		Equivalência Patrimonial		Incorporações		Outros		Saldo Passivo	
	% Participação	Relatório	Relatório	Balancete	primeiro semestre (a)	segundo semestre (a)	porção (f)	Ajustes recebidos	Dividendos	Aumento de capital	Saldo em 31/12/15	Saldo em 31/12/14
Investidas (*)												
RioCard Cartões	99,99	19.401	372	19.773	12.937	-	(32.710)	-	-	-	-	-
Riocard TI	85,30	7.772	431	8.203	1.860	1.286	-	1.022 (5.886)	-	6.486 5.966	520	-
SPTA (c)	50,00	5.114	4.935	10.049	-	15.958	-	(29.967)	-	11.600	7.640 2.000	5.640
MOV TV	50,00	-	7.021	7.021	-	-	-	(7.021)	-	-	-	-
Sub-Total	32,287	12.759	45.046	14.797	17.244 (32.710)	(35.966)	(5.886)	11.600	14.126 7.966	6.160	-	-
VLT CARIOCA (d)	24,93 (7.397)	-	(7.397)	3.590	6.746	-						